

MEMÓRIA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTGI, CTEA, CTPA, CTMH e CTAS GESTÃO 2021-2023		
DATA: 29/06/2021	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Laura Stela (coordenadora)	SIMA	CTGI
Márcia Nascimento	SIMA	CTPA
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Josué Barranco	DAEE	CTPA
Fabrizio Cesar Gomes	DAEE	CTEA
Gerson Salviano	IPT	CTGI, CTMH e CTPA
Tatiana Luiz dos Santos Tavares	IPT	CTAS
Maria Emília Botelho	CETESB	CTPA
Lilian Barrella Peres	CETESB	CTMH
Arthur Coculo	CETESB	CTAS
Emerson Teruaki Mochizuki	PM de Mogi das Cruzes	CTPA
Felipe Harano	PM de Mogi das Cruzes	CTMH
Jéssica Zamith	PM de Mauá	CTGI
Natacha Nakamura	PM de Suzano	CTGI
Allan Oliveira	PM de Suzano	CTEA
Cristiano Oliveira	SEMAE de Mogi das Cruzes	CTMH
Camila Candiles	SEMAE de Mogi das Cruzes	CTMH
Carla Geanfrancisco Falasca	APGAM	CTAS
Rubens Paes	APGAM	CTPA
Marta Marcondes	USCS	CTGI e CTMH
Camila Arantes	UFABC	CTGI e CTAS
Luciana Travassos	UFABC	CTPA
Melissa Graciosa	UFABC	CTMH
Jaqueline Bória	UNIFESP	CTPA
Ricardo Saad	CIESP SBC	CTAS e CTMH
Sonia Nogueira	AESabesp	CTEA
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Gilson Guimarães	CETESB	CTGI
CONVIDADOS		
Nome	Entidade	

Hélio Suleiman	FABHAT
Larissa Cristina Silva	FABHAT/ Secretaria Executiva
Beatriz Vilera	FABHAT
Mayara Trivinho	FABHAT
Roberto Teruo Ohmori	Sec. de Agricultura e Abastecimento
Neide Araújo	SIMA/CFB
Renata Harumi	SABESP
Wilson	
Gabriel Menezes	Instituto AUÁ
Pedro Kawamura	Instituto AUÁ
Rogério Santana	PM de Mauá

1. Abertura

Laura Stela (SIMA), coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a aprovação da memória da 9ª reunião e a discussão das análises dos projetos de 32 a 35.

Larissa Cristina (FABHAT) apresentou a memória da reunião anterior, que foi aprovada sem considerações.

Laura reforçou para os tomadores não participarem da discussão sobre a análise do projeto apresentado por eles, apenas se solicitado algum esclarecimento pelo coordenador da reunião, conforme Deliberação CBH-AT nº 117/2021.

2. Apresentações

Projeto 33 – PM de Taboão da Serra - Urbanização e universalização do saneamento em assentamentos precários de Taboão da Serra/SP

Analistas: Lilian Peres (CETESB), Solange Wuo (PM de Suzano), Luciana Travassos (UFABC) e Marta Marcondes (USCS).

Apresentação: Marta Marcondes (USCS).

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O TR é muito extenso e, de maneira geral, as informações ficam dispersas;
- Realizar descrição sucinta do histórico da instituição e dos projetos já realizados no tema proposto;
- Complementar a justificativa com dados específicos da região de intervenção;

- O tomador não esclareceu se todos os assentamentos informados no escopo do projeto estão em situação precária e se a população é de baixa renda;
- Deve ajustar e compatibilizar os objetivos específicos, metas, ações, e indicadores, produtos e resultados esperados, de acordo com a Deliberação CBH-AT nº 117/2021;
- O tomador não delimitou e caracterizou adequadamente a área de estudo;
- O tomador deve ajustar a população atendida e esclarecer como foi estimada, e especificar o horizonte de atendimento à região a partir da intervenção proposta;
- Apresentar a configuração do sistema de esgotamento sanitário existente na área de estudo, e fazer conexão da proposta apresentada com o restante do sistema de esgotamento sanitário (coletor tronco, etc);
- Observar as restrições previstas no item 2.3.2 – a.4 do MPO: condicionantes para financiamento de rede coletora;
- O projeto está sendo proposto pela Prefeitura, mas não esclareceu quem será o responsável pela obra (Prefeitura ou SABESP). O tomador não envolveu a Companhia de Saneamento quanto a questão da destinação adequada do esgoto, e dessa forma, não garante a continuidade e sustentabilidade do projeto nem a execução da obra.

Marta Marcondes destacou a importância do projeto, considerando que irá melhorar a situação da população vulnerável, e da necessidade da parceria com a SABESP para a continuação do projeto, além das demais complementações.

Camila Arantes (UFABC) destacou a importância da discussão no Comitê sobre situações como essa, de como financiar obras sobre destinação de esgoto em áreas não atendíveis pela SABESP.

CONCLUSÃO → Complementações, para reavaliação dos analistas.

Projeto 32 – PM de Mauá - PROJETO IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – GRUTA DE SANTA LUZIA - NO MUNICÍPIO DE MAUÁ-SP

Analistas: Márcia Nascimento (SIMA), Juliana Tarento (PM de Mogi das Cruzes), Jaqueline Bória (UFABC) e Marta Marcondes (USCS).

Apresentação: Márcia Nascimento (SIMA).

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- Não está clara a situação problema que o projeto visa resolver, devendo ser descrita com base em dados quantitativos e qualitativos;
- Aprimorar a descrição da área da proposta;
- Não descreve qual a situação atual do parque nem qual a infraestrutura existente;
- Atualmente já é um Parque Ecológico e área tombada, e o tomador não justificou adequadamente a real necessidade de transformá-lo em uma Unidade de Conservação, conforme a Lei do SNUC;
- Não esclareceu como se dará o atendimento da Lei nº 9.985/2000 (SNUC), ou seja, como vai ser possível o enquadramento do parque ecológico em uma das categorias previstas pelo SNUC;
- Precisa apontar as formas de negociação com os municípios vizinhos ao parque, à medida que deverá ser estabelecida uma zona de amortecimento para a possível UC. É essencial estabelecer parcerias com os municípios do entorno;
- Não discorre sobre os benefícios para a Bacia do Alto Tietê;
- Quase 90% do recurso é para pagamento de estadia e alimentação dos profissionais a serem contratados, o que descaracteriza do objetivo central do projeto e o foco nos recursos hídricos;
- Não apresenta as consequências da não realização do projeto.

Márcia complementou que considerando as questões acima elencadas, considera que o projeto não está enquadrado nas ações financeáveis de acordo com a Deliberação CBH-AT nº 117/2021, pois a área do projeto não é considerada como nova Unidade de Conservação, tendo em vista que atual já é uma unidade de proteção. Portanto, não poderia ser enquadrado na ação “Identificação de áreas para a implantação de novas Unidades de Conservação, visando à conservação e proteção dos recursos hídricos”.

Marta Marcondes (USCS) destacou a importância de transformar a área do Parque em UC para o Município de Mauá. Camila Arantes (UFABC) discorda da colocação da Marcia Nascimento e considera que o projeto se enquadra na ação, pois, atualmente, a área não é uma Unidade de Conservação SNUC, portanto, trata da identificação de área para implantação de uma nova UC, conforme o SNUC.

Luciana Travassos (UFABC) reforçou que o estudo é necessário para a implantação de uma UC, e que nesse momento, não teria como ter certeza sobre qual categoria seria classificado de acordo com o SNUC.

Após discussões, os membros consideraram que o projeto precisa ser complementado, considerando, principalmente, os pontos da justificativa, parcerias e da planilha de orçamento.

CONCLUSÃO → Complementações para reanálise das CTs.

Projeto 34 – Instituto AUÁ - Seleção e Diagnóstico de Áreas para promoção de Restauração Ecológica e Sistemas Agroflorestais na Bacia do Alto Tietê

Analistas: Neide Araújo (SIMA/CFB), Augusto Hashimoto (PM de Poá), Jaqueline Bória (UNIFESP), Marta Marcondes (USCS) e Sonia Nogueira (AESabesp).

Apresentação: Neide Araújo (SIMA/CFB).

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O objetivo geral do projeto não está convergente com a proposta, existindo dificuldade de fazer a conexão entre objetivos, a proposta e os produtos, devendo ser adequado conforme a ação financiável de acordo com a Deliberação CBH-AT nº 117/2021 – identificação de áreas prioritárias;
- Os objetivos específicos, metas, ações e indicadores também devem ser ajustados;
- O item diagnóstico e justificativa precisa ser mais detalhado quanto à necessidade do projeto para a região;
- O tomador não mencionou o enquadramento do projeto nas ações financiáveis;
- A metodologia deve ser mais detalhada e descrita: método de seleção dos agricultores muito aleatório, descrever a logística das atividades de campo, como os projetos serão elaborados após o levantamento das informações, como as APPs teriam mantidas suas funções ecológicas com a implantação dos sistemas agroflorestais, como será feita a priorização das áreas;
- No item área de estudo, identificar em quais municípios o projeto será realizado;
- Carência de critérios claros para escolha das áreas a serem contempladas com a proposta;
- Existe intenção de formalizar parcerias com prefeituras e parceiros comerciais? Quais? Existe termo de parceria?;
- O tomador não definiu as experiências necessárias para os profissionais que serão contratados;
- A responsabilidade de acompanhar a execução do projeto é do tomador, e não da equipe contratada;

- Prevista aquisição de notebook; como o Instituto AUÁ é entidade da sociedade civil, precisa apresentar termo de doação do equipamento a órgão público após a conclusão do empreendimento, como estabelece o MPO do FEHIDRO.

Beatriz Vilera, da FABHAT, informou que em 2016 foi financiado pelo CBH-AT com recursos do FEHIDRO um projeto cujo tomador é o Instituto AUÁ referente a sistemas agroflorestais, com execução física concluída, aguardando a conclusão da execução financeira. Algumas atividades do projeto financiado anteriormente conflitam com atividades da proposta ora apresentada. Logo, o Instituto precisa apresentar a relação entre ambos os projetos, mostrando que não há superposição de produtos e resultados esperados, e explicitando claramente a diferença entre ambos.

CONCLUSÃO → Precisa de complementações, para reavaliação dos analistas e FABHAT.

Projeto 35 – Instituto AUÁ - Agrofloresta e Mata Atlântica, vida e água fresca: conhecimentos para uma vida rural mais sustentável

Analistas: Neide Araújo (SIMA/CFB), Allan Santos (PM de Suzano), Geovane Bassan (PM de Barueri), Augusto Hashimoto (PM de Poá), Francisca Adalgisa (APU), Marta Marcondes (USCS) e Sonia Nogueira (AESabesp).

Apresentação: Marta Marcondes (USCS).

Os principais pontos destacados foram os seguintes:

- O objetivo geral não está convergente com a proposta do projeto;
- Não apresentou a situação problema ou carência que a proposta visa resolver;
- Complementar a justificativa com dados do PDPA da APRM-ATC;
- O tomador não realizou o enquadramento do projeto nas ações financiáveis do PA/PI 2020-2023;
- Não apresentou uma descrição detalhada da área de estudo;
- Precisa apresentar as espécies a serem trabalhadas;
- Precisa retirar da proposta as atividades a serem realizadas no município de Guararema por não pertencer à Bacia do Alto Tietê;
- Não quantificou a população a ser atendida e não a relacionou com a área;
- Metodologia pouco explorada, sem descrição completa das atividades e métodos a serem desenvolvidos para atendimento dos objetivos propostos;
- Contemplar a capacitação de produtores não convencionais;
- Apresentar estratégia para minimização dos riscos apontados;

- Não descreve a logística das atividades de campo;
- Não menciona onde serão realizados os fóruns regionais e as capacitações;
- Acompanhamento da execução do projeto é de responsabilidade do tomador, e não da empresa a ser contratada;
- Descrever e adequar os produtos e resultados esperados ao item 11 do Anexo da Deliberação CBH-AT 117;
- Garantir a sustentabilidade do projeto após a sua conclusão;
- Não está descrito no TR a necessidade dos equipamentos elencados na planilha de orçamento;
- O tomador não definiu as experiências necessárias para os profissionais que serão contratados.

Beatriz Vilera (FABHAT) informou que o CBH-AT financiou um projeto do Instituto AUÁ com recursos do FEHIDRO em 2016, e que agora está com execução física concluída e em fase final para prestação de contas. Acrescentou que o empreendimento em questão é idêntico a proposta ora apresentada, inclusive, na mesma região. Nesse sentido, é necessário que o tomador justifique a necessidade de uma nova proposta e quais são as alterações em relação ao projeto anterior, descartando a sobreposição com as atividades, produtos e resultados já financiados e concluídos.

Allan Santos (PM de Suzano) complementou que serão necessários mais detalhes na metodologia sobre o projeto de capacitação online e como será a avaliação do resultado, bem como não identifica os riscos de executar o projeto ainda em período de pandemia.

Após discussão, ficou decidido que o projeto necessita de complementações, considerando principalmente a justificativa para a execução do empreendimento, tendo em vista que outro muito similar foi indicado em 2016 ao FEHIDRO.

CONCLUSÃO → Complementações para reanálise das CTs.

3. Reavaliação do cronograma de análise dos projetos pelas CTs

A coordenadora da CTGI, Laura Stela, fez uma solicitação formal à Diretoria do CBH-AT para estender o prazo de indicação dos projetos ao FEHIDRO visando um tempo maior para a análise dos projetos, obtendo resposta favorável quanto à alteração da data prevista para a Plenária do CBH-AT, que fará a indicação dos empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO em 2021.

Novo calendário para as etapas seguintes:

Data	Descrição	Responsável
13 e 15/07	Reunião para análise de complementações	FABHAT e CTs
19/jul	Reunião para hierarquização das propostas e minuta da deliberação	FABHAT e CTs
19/jul	Divulgação dos empreendimentos não habilitados e da hierarquização dos habilitados.	FABHAT
20 e 21/07	Apresentação de recurso à hierarquização até dois dias úteis	Tomadores
22 ou 23/07/2021	Reunião para análise de recursos, se houver, e conclusão da Delib.	FABHAT e CTs
23/jul	Divulgação da análise dos recursos	FABHAT
23/jul	Solicitação aos tomadores da documentação final, conforme anexos III a VI do MPO. Prazo dos tomadores: até 30/07	FABHAT
30/jul	Entrega da documentação solicitada pela Secretaria Executiva	Tomadores
12 ou 13/08	Plenária do CBH-AT para indicação dos projetos	Plenário CBH-AT
Até 20/08	Protocolo dos projetos na SECOFEHIDRO	FABHAT

4. Encerramento

Laura Stela agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião será dia 13/07 para análise das complementações apresentadas pelos tomadores. A reunião encerrou às 13h.